

Adusp convida unidades a apoiarem discussão sobre consulta paritária para reitor

A assembleia da Adusp, realizada em 4/6, avaliou os indicativos do Fórum das Seis que propunham a paralisação das atividades em 11/6 e a realização de ato público do Fórum, na Unicamp, pela reabertura das negociações e revisão do índice anunciado pelo Cruesp, mantendo-se a reivindicação de 11%. O ato ocorreria durante a negociação entre o Sindicato dos Trabalhadores (STU) e o reitor da Unicamp, professor José Tadeu Jorge. Esta reunião dará continuidade ao processo de discussão da proposta de equiparação dos pisos salariais dos funcionários técnico-administrativos da Unicamp aos praticados na USP, em um prazo de dois anos, conforme compromisso assumido pelo reitor, durante sua campanha.

Na avaliação da diretoria, encampada pela assembleia, não haveria mobilização suficiente para viabilizar a paralisação proposta, e realizar um ato do Fórum durante

negociação de pauta específica de uma categoria foi considerado inadequado. Assim, ambos os indicativos foram rejeitados pela assembleia da Adusp.

Ainda no tema da data-base, a assembleia da Adusp reiterou deliberação anterior da entidade de lutar por um aumento do percentual do ICMS destinado às universidades públicas paulistas, visando a possibilitar a equiparação dos pisos salariais dos funcionários técnico-administrativos das três instituições. O adicional eventualmente conquistado seria destinado essencialmente a avançar na luta pelo tratamento isonômico, especialmente entre os funcionários. Esta proposta deveria ser novamente levada ao Fórum das Seis.

A assembleia discutiu também eleição para reitor, que deverá ocorrer em outubro deste ano, e carreira docente. Sobre estes temas, a Adusp encaminhou aos

membros do Conselho Universitário (Co) texto de abaixo-assinados solicitando a inclusão em pauta das propostas da entidade sobre estes temas (vide *Informativo Adusp* 363 e 364). A assembleia deliberou solicitar aos diretores das unidades e representantes das congregações no Co o agendamento de reuniões com membros da diretoria e Conselho de Representantes da Adusp, com o intuito de buscar adesão aos abaixo-assinados.

Finalmente, a assembleia tratou da proposta encaminhada às unidades pela Pró-Reitoria de Graduação (ProG), referente a políticas afirmativas na USP. Como deve ser do conhecimento de todos, as manifestações das congregações acerca do Pimesp foram encaminhadas pelo reitor à ProG para análise. Com base nestas manifestações, a ProG “elaborou proposta para a construção de um Plano Institucional da USP”, visando a “ampliar a inserção de alunos provenientes de Escolas Públicas e, também, ampliar a inserção do grupo PPI [“pretos, pardos e indígenas”] dessas escolas, na Universidade de São Paulo” (Of. Cir.-Gab-Pró-G-27/2-13). Essa proposta foi encaminhada às unidades em 22/5, com prazo até 17/6 para o encaminhamento das manifestações das unidades à ProG. A partir daí, o assunto será tratado no Conselho de Graduação e no Co.

O texto encaminhado às unidades traz uma sistematização dos posicionamentos das congregações acerca do Pimesp que vale a pena ser examinada, na qual des-

taca-se a rejeição do *college* por 31 das 42 unidades que apresentaram manifestações. A proposta traz algumas modificações nos programas Inlusp e Pasusp, como aumento e criação de bônus. Não prevê reserva de vagas e sua implementação será gradual, prevendo-se que as metas previstas pelo Pimesp seriam atingidas apenas em 2018. Prevê também a Criação de um Curso Pré-Universitário da USP (presencial), a ser iniciado já em agosto de 2013, com a duração de 10 meses. O ensino neste curso “será desenvolvido por alunos dos cursos de Licenciatura, sob a supervisão de professores da USP, e haverá também participação de estudantes de Pós-Graduação, que atuarão como coordenadores das atividades desenvolvidas em salas de aula”.

A íntegra da “Proposta de Plano Institucional da Universidade de São Paulo para o recrutamento de estudantes capacitados e participantes dos grupos sociais previstos no Regime de Metas do Pimesp” está disponível em <http://goo.gl/1jX7i>.

A diretoria da Adusp preparou um documento preliminar de análise desta proposta, elaborado inicialmente pelo Grupo de Trabalho de Educação da entidade, que está disponível em <http://goo.gl/Xbg6w>. Esse documento foi encaminhado a todos os associados (que disponibilizaram seus endereços eletrônicos para recebimento de materiais da Adusp) e membros do Co, com o intuito de subsidiar as discussões sobre o assunto nas unidades.

Nova diretoria toma posse em 28 de junho

Nos dias 27, 28 e 29/5 realizaram-se as eleições para renovação da diretoria da Adusp e de parte do Conselho de Representantes (CR). Para a diretoria, a chapa “Participação”, única inscrita, recebeu 526 votos, enquanto 21 colegas votaram em branco e 3 anularam o voto.

O presidente eleito é Ciro Correia (IGC) e os vice-presidentes são César Minto (FE) e Osvaldo Coggiola (FFLCH). Compõem ainda a diretoria eleita: Francisco Miraglia (IME), primeiro secretário; Antonio Carlos Cassola (ICB), segundo secretário; Lighia Horodyski-Matsushigue (IF), primeira tesoureira; Adriana Pedrosa Tufaile (EACH), segunda tesoureira; Andrés Vercik (FZEA), diretor regional de Pirassununga; Caio Gracco Dias (FDRP), diretor regional de Ribeirão Preto; César Antunes de Freitas (FOB), diretor regional de Bauru; e Demóstenes Ferreira Filho (Esalq), diretor regional de Piracicaba.

Para o CR, recebemos inscrições de candidatos de 15 unidades. Na grande maioria delas, houve renovação dos conselheiros. ICMC, IQ e FM, que estavam há algum tempo sem representação, apresentaram candidatos. No site da Adusp, estão disponíveis os resultados das eleições para a diretoria e CR, por unidade.

A posse dos novos conselheiros ocorrerá na próxima reunião do CR, a realizar-se em 17/6, enquanto a assembleia de posse da nova diretoria ocorrerá em 28/6, seguida de jantar de confraternização no Clube dos Professores. Parabenzamos os eleitos e, desde já, convidamos os associados da Adusp a reservarem a data de 28/6 em suas agendas para a festa de posse!

A USP quer
votar para reitor

11 de junho, terça-feira 18h
auditório Abrahão de Moraes (IF)

Vamos debater as experiências da Unicamp e Unifesp com
Soraya Smali (reitora da Unifesp)
Alvaro Penteado Crósta (vice-reitor da Unicamp)

organização: Adusp Sintusp DCE APG

Tramitação no Senado torna PNE mais privatista

A votação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado ocorreu em 28/5, após ter sido cancelada duas vezes. O texto foi aprovado por unanimidade. Agora, o projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Depois, a matéria será apreciada pelos membros da Comissão de Educação (CE), para então ser votada em plenário e encaminhada para a sanção da presidenta Dilma Rousseff.

Na primeira etapa da tramitação no Senado, o relator da CAE, senador José Pimentel (PT-CE), apresentou, em 9/5, emenda substitutiva ao projeto. As alterações geraram polêmica. O pedido coletivo de vistas, atendido alguns dias depois, resultou em mais duas emendas, acrescidas às 81 anteriores, e em nova emenda substitutiva do próprio relator.

Durante o processo, vários fatos denotaram um repentino interesse em que a tramitação se acelerasse: entre a discussão do primeiro parecer de Pimentel e a apresentação de sua segunda emenda substitutiva decorreram apenas duas semanas; entre a apresentação das emendas ao substitutivo e a aprovação do relatório final por essa comissão, no dia 28/5, decorreram somente cinco dias!

As alterações, na CAE do Senado, do texto aprovado na Câmara dos Deputados acabaram por desconstruir praticamente todas as conquistas obtidas anteriormente por meio de pressão da sociedade civil. No novo texto da meta 20, por exemplo, sobre o financiamento da Educação, registra-se agora “investimento público em educação”, sem especificar que o investimento ocorra apenas na educação pública.

Polêmica. Atendendo a críticas vindas de vários setores, foi reintroduzida a meta intermediária de que sejam atingidos 7% do PIB para investimento na área até a metade da década de vigência do Plano (que deveria vigorar de 2011 a 2020). Contudo, nenhuma mudança ocorreu com relação à exclusão do termo “investimento público em educação pública”. “Pior: foi introduzido um parágrafo no artigo 5º que

explicita que os investimentos públicos vão financiar a educação em instituições privadas, além das públicas”, comenta a professora Lighia Brigitta Horodynski-Matsushigue, do GT Educação da Adusp.

Também gerou polêmica o posicionamento do ministro da Educação, Aloisio Mercadante. “Precisamos ter uma visão de que o setor privado tem seu papel”, disse o ministro durante o 14º Fórum Nacional dos Dirigentes Mu-

nicipais da Educação (14/5), segundo a Agência Brasil. No entender de Mercadante, o texto da CAE permite financiamento privado para políticas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). “Vamos ... definir o que é investimento em educação pública, não necessariamente em escola estatal. É prioritariamente na estatal, mas não exclusivamente”.

A tramitação do PNE na Câmara demorou mais do que o esperado, iniciando-se em dezembro de 2010 e terminando em 16/10/2012. Seguiu então para o Senado, chegando à CAE em 17/12/2012. Houve mudanças no teor de algumas das 20 metas previstas. Cabe agora aos movimentos pressionar para que as conquistas obtidas na Câmara não sejam perdidas e para que a nova etapa não demore tanto quanto a primeira.

Juiz vê “sanha punitiva” e rejeita a denúncia da promotora Passarelli contra manifestantes

O juiz Antonio Carlos de Campos Machado Junior, da 19ª Vara Criminal de São Paulo, indeferiu a denúncia da promotora de justiça Eliana Passarelli, do Ministério Público Estadual (MPE), contra os 72 manifestantes detidos pela Polícia Militar na reintegração de posse da Reitoria, em 2011. A promotora havia impetrado ação criminal contra eles, acusando-os de formação de quadrilha, posse de explosivos, danos ao patrimônio público e outros crimes que, em caso de condenação, poderiam resultar em longas penas de prisão.

De acordo com o juiz, a denúncia “contém impropriedades, que impedem tenha curso a persecução criminal, sob pena de se incorrer em arbitrariedade distinta, e igualmente censurável, de se processar uma gama aleatória de pessoas sem especificar as ações que cada uma tenha, efetivamente, realizado”. Isso porque a promotora não individualizou as condutas dos diferentes acusados, como alguns advogados apontaram logo que o teor da ação foi divulgado.

O direito penal, afirmou Machado Junior, “não compactua com acusações genéricas, que acabam por inviabilizar, muitas vezes, o pleno exercício do direito de defesa”, é preciso “que o acusado saiba, expressamente, não só as acusações que lhe são imputadas, mas qual a conduta que ele, em particular, teria de-

envolvido, permitindo, a um, contrapor-se adequadamente as afirmações que lhe recaem, e, a dois, afastar os aventados enquadramentos típicos”.

“Exagero”. Segundo o juiz, afirmar “com respeito a setenta réus, que todos praticaram ou aderiram à conduta dos que depredaram as viaturas policiais, ou guardavam artefatos explosivos e bombas caseiras, recai no campo das ilações, por quem ignora ou não mais se lembra da sistemática de funcionamento das manifestações estudantis”.

A decisão de Machado Junior deixa claro que a promotora exorbitou: “Prova maior do exagero e sanha punitiva que se entrevê na denúncia é a imputação do crime de quadrilha, como se os setenta estudantes em questão tivessem-se associado, de maneira estável e permanente, para praticarem crimes, quando à evidência sua reunião foi ocasional, informal e pontual, em um contexto crítico bem definido”. A íntegra da sentença do juiz pode ser lida em <http://goo.gl/C8wCi>.

Para o DCE-Livre Alexandre Vannucchi Leme, a decisão judicial foi uma “clara vitória dos estudantes” (a maioria dos processados), graças à mobilização dos movimentos sociais, dentro e fora da USP: “Uma demonstração de que o movimento estudantil segue se organizando e que não admite a criminalização

da luta por democracia! O DCE-Livre da USP mantém sua posição contrária a qualquer tipo de punição aos estudantes. Exigimos que todos os processos sejam arquivados pela justiça. Também reivindicamos outra estrutura de poder e o fim do regimento disciplinar na USP, para que nenhum estudante seja punido por se manifestar”, afirma nota da entidade.

Delegou? A dura denúncia da promotora surpreendeu, até mesmo por ter sido impetrada poucos dias após o anúncio da Reitoria da USP de que a maioria dos manifestantes havia sido absolvida pelas comissões processantes ou, em poucos casos, recebido penas menos severas (como suspensão ou advertência). Não houve expulsões, como ocorreu em 2012. Surgiu assim a hipótese de “terceirização” pela Reitoria (vide *Revista Adusp* 54, p. 98), que estaria delegando as punições a outra instituição, ao MPE.

Curiosamente, o reitor Grandino Rodas e a promotora Eliana Passarelli pertencem ao corpo docente das Faculdades Integradas de Itapetininga FKB (Fundação Karnig Bazarian), como é possível constatar em <http://goo.gl/vzvYt>. Rodas é citado como professor licenciado do curso de Direito da FKB, o mesmo no qual Eliana leciona. Seria mera coincidência?

CAASO sob ataque da direção da EESC

“Há um grande pacote de medidas contra o CAASO”. Assim o aluno Rafael dos Santos Ferrer, presidente do Centro Acadêmico da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC-USP), conhecido pela sigla CAASO, resume os ataques que a entidade vem sofrendo, que partem da direção da unidade, de um promotor do Ministério Público Estadual e da Vara da Fazenda Pública da Justiça Estadual.

Criado há sessenta anos, mesma idade da EESC, o CAASO corre o risco iminente de perder a maior fonte de financiamento de suas atividades, que é o bar e lanchonete “Escobar”; teve suas festas suspensas por uma liminar judicial; por fim, as medidas de segurança para os *campi* (como iluminação e contratação de mais pessoal para a Guarda Universitária), propostas pela comissão paritária constituída pelo Conselho Gestor como alternativas à presença da Polícia Militar, vêm sendo ignoradas.

O “Escobar” será despejado, caso a direção da EESC não volte atrás na reintegração de posse que solicitou à justiça e que foi concedida pela juíza Gabriela Muller Carioba Atanasio, da Vara da Fazenda Pública. O prazo fatal é 30 de julho próximo. O motivo é a realização de obras que tornarão o Anfiteatro Jorge Caron acessível aos deficientes físicos. Essa reforma exigiria não só a desocupação do “Escobar” como também a da unidade básica de saúde (UBAS).

A direção do CAASO não se opõe às obras, mas denuncia que a direção da EESC não oferece espaços alternativos para a realocação do

“Escobar” e não está interessada em dialogar. “Os projetos de integração e acessibilidade para portadores de necessidades especiais são fundamentais para a democratização do espaço da universidade, então é importante deixar claro que defendemos isso veementemente”, explicam os alunos. “No entanto, nestes projetos não estão contidos nem a UBAS nem o ‘Escobar’, pois ambos dariam espaço à nova entrada do anfiteatro. Não bastasse isso, o novo projeto não prevê um novo espaço no campus para recebê-los”.

“Falso diálogo”. Os dirigentes estudantis vem procurando negociar com a EESC. Porém, “todos os espaços ociosos do campus apontados pelo CAASO para abrigar o ‘Escobar’ são negados pela EESC”, o que leva a direção do centro acadêmico a crer que isso seja “apenas um reflexo de uma política de ataques às entidades estudantis, recorrente na universidade, baseada no falso diálogo”.

Tulio Queijo de Lima, diretor do CAASO, destaca os aspectos históricos do “Escobar”: “Ele existe há mais de quarenta anos, era frequentado pelos docentes que hoje dirigem o campus”. Rafael Ferrer, por sua vez, observa que a cessão do espaço ao CAASO nunca foi formalizada pela EESC. Inicialmente mantido pelos próprios estudantes, num segundo momento o bar passou a ser arrendado a terceiros. A receita, acrescenta ele, é usada para custear atividades relativamente dispendiosas, como um colégio de ensino médio e uma biblioteca,

ambos mantidos pelo CAASO.

Ainda segundo Rafael, o Conselho Gestor chegou a acenar com a oferta de um espaço, mas nada se concretizou. “Na prática, tudo que a gente propõe eles recusam”, diz o presidente do CAASO. Também no caso da UBAS o projeto prevê meramente a retirada, para abrir caminho à construção da nova fachada do anfiteatro. “Cinco mil alunos ficarão sem nenhuma assistência”, adverte.

Liminar. O mais recente golpe sofrido pelo CAASO foi uma liminar expedida em 4/6 pela juíza Gabriela Muller, a qual determina “a suspensão da realização de eventos, dentre os quais espetáculos, bailes, festas ou similares nos *campi* da USP de São Carlos (I e II) até a finalização da demanda” (isto é, enquanto não houver sentença definitiva), “salvo se houver licenciamento municipal precedido de Estudo de Impacto de Vizinhança-EIV e Audiência Pública, com obediência às recomendações desse Estudo e seu Relatório, bem assim aos níveis legais de emissão de ruídos interna e externamente”.

A ação que deu origem à liminar foi impetrada em 2010 pelo promotor Marco Funari contra o município de São Carlos, a USP, o CAASO e a Atlética, na qual se alega excesso de ruído nas festas, queixas da vizinhança e consumo de bebidas alcoólicas. A decisão menciona a interdição do CAASO pela Prefeitura, provocada por falta de requisitos legais para oferecer as festas.

Na mesma liminar a juíza Gabri-

ela Muller determina ao Conselho Gestor que “cuide para que não haja compra, venda, fornecimento e consumo de bebida alcoólica” em eventos nos *campi*. No entender da magistrada, tal venda é “inconcebível de acontecer em um *campus* universitário, contrariando a ética por ele apreçoada”.

Tulio Queijo contesta a medida judicial, cuja consequência imediata será a não realização do “Baile do Brega”. Na opinião do diretor do CAASO, a liminar fere a autonomia universitária, por contrariar decisão do Conselho Gestor, que autorizou as festas no Salão de Eventos da unidade. “Temos os laudos de ruído, os alvarás, a autorização do Corpo de Bombeiros”, informa o estudante. “Esse é um ataque político à entidade”.

O *Informativo Adusp* tentou conversar por telefone com o diretor da EESC (ou alguém por ele indicado), para que ele comentasse as declarações do CAASO. No entanto, a direção da EESC preferiu enviar a seguinte nota: “A desocupação do prédio em questão tem por objetivo permitir a execução do projeto de reforma e adequação dos anfiteatros da Escola de Engenharia de São Carlos, visando melhor atender às atividades de ensino, pesquisa e extensão. A localização do bar inviabiliza não só as obras de infraestrutura dos auditórios como também obstrui a rota de fuga em caso de emergência. Além disso, sua permanência caracteriza uma situação de irregularidade, uma vez que o Centro Acadêmico loca o espaço mesmo não tendo cessão de uso”.

Frente Pró-Cotas propõe projeto alternativo ao Pimesp

No final de maio, a Frente Pró-Cotas Raciais do Estado de São Paulo, composta por entidades do movimento negro e de outros movimentos sociais, divulgou pela Internet um anteprojeto de lei criado como alternativa ao Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (Pimesp), lançado pelo governo estadual em dezembro de 2012. A ideia é que o texto passe a tramitar na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), substituindo o PL 530, de 2004.

Entre outras coisas, o texto prevê: prazo de validade para a necessidade do sistema de cotas para ingresso nas universidades públi-

cas e demais instituições de ensino superior mantidas pelo Estado de São Paulo — sugere-se o prazo de 10 anos, prorrogáveis por mais 10 anos, caso desigualdades étnico-sociais, econômicas de acessibilidade que ensejaram a criação do PL ainda persistam; reserva de vagas nos processos seletivos dessas instituições para os grupos sociais negros e indígenas (25% das vagas), alunos oriundos da rede pública de ensino (25% das vagas, sendo 12,5% para estudantes cuja renda familiar per capita seja igual ou inferior a 1,5 salário mínimo) e pessoas com deficiência (5% das vagas), visando que a porcentagem de oriundos

desses grupos na graduação e na pós-graduação seja correspondente à participação que têm no conjunto da população do Estado.

O anteprojeto é fruto de reuniões realizadas durante dois meses entre movimentos sociais e advogados ligados ao debate de políticas afirmativas para o acesso de negros, indígenas e pobres às universidades públicas brasileiras. Os professores Marcos Orione (São Francisco) e Silvio Luiz de Almeida (presidente do Instituto Luiz Gama) estavam entre os colaboradores.

Ato político, realizado no dia 5/6, marcou apresentação do tex-

to na Alesp. “Os parlamentares que lá estavam destacaram o fato de este ser o primeiro projeto [relacionado a cotas] que tem legitimidade popular, porque foi feito a partir dos movimentos sociais”, diz Almeida. Ele também destaca o caráter representativo presente no artigo 9º do PL, que prevê que as universidades públicas de São Paulo criem comissões permanentes multidisciplinares, compostas por representantes administrativos, docentes, discentes e representantes de organizações e movimentos sociais, para o acompanhamento do resultado dos programas de cotas.

Congregações se manifestam sobre Progressão Horizontal

Quatro unidades encaminharam à Adusp, em resposta a uma solicitação da entidade, opiniões — das congregações, dos departamentos e de docentes — sobre propostas de modificação da Resolução 5.927/2011, que instituiu a Progressão Horizontal e que deverá ser reavaliada pelo Conselho Universitário em julho deste ano. O Ofício Adusp 021/13, enviado a todos os diretores, solicitou que o assunto constasse da pauta das reuniões das congregações e que cópia das deliberações tomadas pelos colegiados fossem direcionadas à entidade. Pediu ainda que as congregações opinassem a respeito das propostas da Adusp, aprovadas em assembleia de 30/4, relativas a modificações nos mecanismos de avaliação para a Progressão Horizontal.

Manifestaram-se o Instituto de Matemática e Estatística (IME), o Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG), o Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU) e o Instituto de Geociências (IGC). Por terem recebido, em janeiro, ofício encaminhado pelo secretário-geral da USP, Rubens Beçak, questionando os recursos que tramitaram contra decisões das comissões setoriais de avaliação (CAS) relativas à primeira rodada do processo de Progressão Horizontal na carreira (*Informativo Adusp 360*), as unidades repassaram à Adusp os mesmos documentos direcionados à Secretaria Geral. Os textos avaliam o processo de implantação da nova carreira e sugerem melhorias.

No IME, o tema “Progressão na carreira docente - reavaliação do processo de avaliação criado pela

Resolução 5927/2011 [que estabelece o processo de avaliação para a progressão dos docentes]” foi discutido em reunião da Congregação no dia 9/5. Ao todo, 12 propostas de mudanças na resolução foram aprovadas. Dentre elas, destacam-se: “1) Proposta de que a carreira docente retorne ao que era antes da reforma regulamentada pela Resolução 5927/2011, isto é, que contemple apenas três níveis: MS3-Professor Doutor, MS5-Professor Associado e MS6-Professor Titular ...”; “10) Proposta de criação de um mecanismo de auditoria ao processo de avaliação” e “12) Proposta de se manter explícita a possibilidade de progressão vertical, sem necessidade de prévia progressão horizontal”.

Pesquisa. No IAG, foi realizada uma pesquisa online para saber a opinião de todos os docentes sobre cada uma das seis propostas da Adusp (disponíveis em <http://goo.gl/yjzTH>). Do total de 73 professores, apenas 10 responderam. A maioria disse concordar com as mudanças sugeridas. A proposta que teve menor adesão foi a de número 3, com seis aprovações. O texto defende: “Eliminar um dos níveis horizontais da categoria de Professor Associado, mantendo, para aquele que permanecer, as atuais prerrogativas previstas para o nível de Professor Associado 3”. O resultado da pesquisa foi divulgado entre os docentes da unidade.

“A enquete foi um complemento do que já havia sido discutido pelos conselhos de departamento durante o mês de maio” em res-

posta à solicitação do secretário-geral da USP, explica Cristiane Souza, assistente técnica acadêmica. Os departamentos discutiram o tema com a intenção de ampliar o debate para além da Congregação. No CTA de 7/5 e na reunião da Congregação de 29/5, o então diretor da unidade, Tércio Ambrizzi, fez apelo para que os debates continuassem no âmbito dos departamentos e para que a enquete *online* fosse respondida. A próxima reunião da Congregação está prevista para 26/6, mas sem previsão, na pauta, de discussão da progressão horizontal.

A Congregação do IAU se reuniu no dia 10/5 para discutir o assunto. “Considerando que nos três processos de avaliação regulamentados pela Resolução 5.927/2011 inscreveram-se mais de 3000 docentes, podemos avaliar que a incorporação da progressão horizontal veio atender uma necessidade da USP e de seu corpo docente. Podemos prever também que as inscrições de docentes para progressão horizontal deverá [sic] entrar em fluxo normal com números significativamente menores no próximo processo de avaliação”, considera o diretor Carlos Ferreira Martins, em ofício encaminhado à Secretaria-Geral da USP. O documento também contém sete propostas elaboradas na reunião. Dentre outras coisas, sugere-se que “Os processos de avaliação para a progressão sejam realizados por meio de Concurso Interno de Progressão Horizontal na Carreira Docente” e que “Uma nota mínima para a aprovação seja 7 (sete), conforme as normas regimentais da USP”.

Bancas. Já a Congregação do IGC vem discutindo o tema desde agosto de 2012, quando mostrou-se contrária ao mecanismo de “fração niveladora” proposto pela Comissão Central de Avaliação Docente (CCAD) com o intuito de frear “disparidades nas taxas de promoção”. A adoção da “fração niveladora” foi sugerida, em 18/4 daquele ano, no documento “Diretrizes da CCAD para uniformização da avaliação” (disponível em <http://goo.gl/vMZ5M>) e cancelada em setembro de 2012.

A Progressão Horizontal foi novamente discutida nas reuniões da Congregação do IGC realizadas em 12/12/2012 e 24/4/2013. Nesta última, o colegiado aprovou duas propostas e duas alternativas ao mecanismo atual de avaliação: a primeira propõe a substituição da atual forma de avaliação por bancas examinadoras, “garantida a participação de representantes do Departamento do docente avaliado”; e a segunda propõe a adoção de critérios objetivos de avaliação, “de modo que o docente, ao se candidatar, tenha parâmetros para avaliar as suas chances de sucesso”.

A Resolução 5.927/2011 prevê que seja feita uma avaliação dos processos de progressão dois anos após a sua implementação. Isso significa que o Conselho Universitário (Co) deve dar início a esse processo no início de julho. A Adusp está organizando um abaixo-assinado para garantir que a proposta aprovada em sua assembleia de 30/4 seja discutida pelo Co, no processo de avaliação da Resolução, previsto para início de julho.

FIA obtém contrato de quase R\$ 1 milhão com a EBC

Aconteceu novamente. Mais uma vez, apesar de todas as advertências em contrário do Tribunal de Contas da União (TCU), uma fundação privada dita de apoio obteve de uma empresa pública um generoso contrato, sem ter de passar por um processo de licitação. Trata-se da Fundação Instituto de Administração (FIA), entidade privada constituída e dirigida por professores titulares da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

(FEA), e que até alguns anos atrás se dizia “de apoio” à USP.

Mediante o Contrato de Prestação de Serviços EBC/Coord-CM/0026/2013, a Empresa Brasil de Comunicação S/A (EBC), ligada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, pagará R\$ 920 mil à FIA, entre maio de 2013 e março de 2014, para que esta preste “serviços especializados de Consultoria, com vistas à Gestão por Competências para mapear e di-

vulgar as competências gerais e técnicas necessárias ao desempenho das atividades, redesenhar o plano de carreira e elaborar o Sistema de Avaliação de Desempenho” da empresa.

Procurada, a EBC não respondeu, até o fechamento desta edição, às perguntas que lhe foram encaminhadas, que são as seguintes: 1) Por que razão não houve licitação, quando se sabe que há inúmeros acórdãos e advertências do Tribunal de Contas da

União contra esse tipo de contratação de fundações privadas ditas de apoio (como é caso da FIA) por entes federais e empresas estatais? 2) Como se chegou ao valor de R\$ 920 mil reais? 3) Sendo a União a criadora e financiadora da EBC, o governo federal, nos seus ministérios, institutos de planejamento e órgãos de administração indireta, não dispõe de quadros técnicos capazes de executar as tarefas para as quais a FIA foi contratada?